



CATÁLOGO DAS
DISCIPLINAS DO

Programa Multinível de Pós-Graduação em Formação e Transformação em Futuros



UFRJ



COLÉGIO BRASILEIRO DE
ALTOS ESTUDOS

2. FUTUROS DO ESTADO E DAS CAPACITAÇÕES



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



Colégio Brasileiro de Altos Estudos
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Ana Célia Castro
Direção

Barbara Calabria
Assessoria da Direção

Solange Jorge
Assuntos Educacionais

Vera Barradas
Secretaria Executiva

Wellington Gonçalves
Comunicação



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



2.

FUTUROS DO ESTADO E DAS CAPACITAÇÕES



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



Curso: “Economia Política do Estado”

Níveis: Doutorado, mestrado, lato sensu

Professore Responsável: *Leonardo Burlamaqui* (UERJ)

Área de Concentração: Multidisciplinar

Carga Horária: 30 horas, 2 créditos

Partindo da concepção de Instituições como *sistemas constituídos por leis, normas e procedimentos, os quais geram comportamentos, e regularidades*; e cuja função é estabilizar, ordenar, organizar as relações de poder e interdependência em uma sociedade, o curso busca atingir três objetivos: a) Apresentar as principais perspectivas analíticas a respeito da relação entre o sistema econômico e a ordem institucional onde o mesmo está inserido, *com ênfase especial no Estado* b) Discutir seu papel na viabilização de processos de desenvolvimento econômico e na criação de contextos de estabilidade, ou instabilidade, econômica e social. c) Utilizar as molduras conceituais expostas para analisar exemplos concretos, através de “estudos de caso”. Em termos de contribuição concreta à formação dos alunos como cientistas sociais, o curso busca mostrar a essencialidade da *compreensão do papel central do Estado, e das instituições, no funcionamento de qualquer economia capitalista*.

Bibliografia:

Beetham, D 1985: Max Weber and the Theory of modern Politics. Polity Press

Bell, D: 1980. “Perspectivas do Capitalismo Norte-Americano: Keynes, Schumpeter & Galbraith” em O Fim da Ideologia, Editora UNB.

Bell, D: 1976: The Cultural Contradictions of Capitalism. Basic Books.

Berger, P. 1986. The Capitalist Revolution. Basic Books.

Brittan, S: 1977. “Can Democracy Manage the Economy?” In “The End of the Keynesian Era”, Ed by R. Skidelsky. MacMillan.



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



Burlamaqui, L. 1995. *Capitalismo Organizado no Japão, uma interpretação a partir de Schumpeter, Keynes e Polanyi*. Tese de Doutorado IE/UFRJ.

Burlamaqui, L. 2015. *As Finanças Globais e o Desenvolvimento Financeiro Chinês*. IPEA.

Burlamaqui, L, Barbosa, N e Souza, J. 2007. "The Rise and Halt of Economic Development in Brazil". *In* Chang, H. J (ed) *Institutions for Economic Development*. UN Press.

Burlamaqui, L, Castro, A & Chang, H. J eds. 2000. *Institutions and the Role of the State*. Edward Elgar.

Burlamaqui, L and Kattel, R (eds.): 2019. *Schumpeter's Capitalism, Socialism and Democracy: A Twenty- First- Century Agenda*. Routledge

Carvalho, F. 2000: "Mercado, Estado e Teoria Econômica- Uma Breve Reflexão *in* Econômica.

Castro, A. B. 2012: *Do Desenvolvimento Renegado ao Desafio Sinocêntrico*. Campus.

Centeno, M.A. and Ferraro, A.E. eds., 2018. *State and Nation Making in Latin America and Spain: The Rise and Fall of the Developmental State*. Cambridge University Press (Caps. 7 e 9: Brasil).

Evans, P. 1993: "O Estado como Problema e como Solução" *in* *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*.

Evans, P. 2004: *Autonomia e Parceria*. Editora UFRJ.

Foroohar, R: 2016. *Makers & Takers – The Rise of Finance and the Fall of American Business*. Crown Business. NY

Hodgson: G: 2015. *Conceptualizing Capitalism- Institutions, Evolution, Future*. University of Chicago Press.

Fukuyama, F: 2014. *Political Order and Political Decay*. Farrar, Straus and Giroux, NY.

Granovetter, M.:1991. "The social construction of economic institutions" *in* Etzioni e Lawrence eds.



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



_____: 1992., [orig:1985]"Economic Action and Social Structure" in Granovetter e Swedberg eds. *The Sociology of Economic Life*, Westview Press, Oxford.

Keynes: J.M: 1983 (Orig. 1936) *A Teoria Geral da Moeda, do Emprego, dos Juros e da Moeda*. Coleção Os Economistas. Abril.

Kohli A.: 2004. *State-directed development: political power and industrialization in the global periphery*. Cambridge university press. (caps 4 e 5: Brasil)

Levi-Faur, David. Friedrich List and the Political Economy of the Nation-State. *Review of International Political Economy*, 4, 1997, pp. 154–78.

List, F: 1841 *Sistema Nacional de Economia Política* (Coleção Os Economistas). Abril.

Marx, K & Engels F. 1848. *Manifesto do Partido Comunista*. Varias Edições

Minsky, H: 1996: "Uncertainty and the Institutional Structure of Capitalist Economies" Jerome Levy Institute, Working Paper nº 155.

North, D.:2005. *Understanding the Process of Economic Change*. Princeton University Press.

Olson, M: 1982: *The Rise and Decline of Nations*. Yale Univ Press.

Partnoy, F & Younger. 2018. *The activist-manifesto-book.pdf*

Polanyi, K: 1980 [1944]. *A Grande Transformação*, Campus.

Schumpeter, J.: 1984. [1942]. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Zahar Editores.

Streeck, W: 2016. *How will Capitalism End?* Verso Books.

Swedberg, R: 1998. *Max Weber and the idea of economic sociology*. Princeton University Press.

Swedberg, R and Nee, V, Eds: 2005. *The Economic Sociology of Capitalism*. Princeton University Press.

Thirlwall, A. P e Crabtree, D. Eds: 1993. *Keynes and the role of the state*. MacMillan.



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



Wallerstein, I, Collins, R, Mann, M and Calhoun, C: 2016. Does Capitalism have a Future? Oxford University Press.

Weber, M: 1986. Textos escolhidos (Ed por G. Cohn.) Ática.

Varoufakis Y -2018. New Introduction to the Communist Manifesto. 2018



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



Cátedra Hélio Jaguaribe

Disciplina CBA 807: “Capitalismo, Democracia e Economia Política do Desenvolvimento”

Níveis: Doutorado, mestrado, lato sensu

Professores Responsáveis: *Renato Raul Boschi, Carlos Henrique Vieira Santana e Arnaldo Provasi Lanzara*

Área de Concentração: Multidisciplinar

Carga Horária: 45 horas, 3 créditos

CAPITALISMO, DEMOCRACIA E ECONOMIA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO

Entre fins dos anos 1980 e o ápice da crise hipotecária de 2008, o tom triunfalista dos regimes produtivos liberais enfatizava o fim da concorrência entre regimes políticos e o esgotamento de agendas alternativas de desenvolvimento. A monocultura institucional vendida pela literatura ortodoxa não autorizava criatividade nos arranjos institucionais e nas políticas macroeconômicas, condenando infratores, sejam eles intelectuais ou nações, como apóstatas. Os desdobramentos da crise de 2008 abriram espaço para novos horizontes no debate da economia política do desenvolvimento, introduzindo contornos novos e inesperados. Nesse sentido, o objetivo deste curso é discutir a economia política do desenvolvimento no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo. Para tanto, a disciplina propõe analisar as relações entre Estado, capitalismo e democracia sob o prisma das mudanças que alteraram radicalmente suas formas de organização nas últimas décadas. A primeira parte da disciplina destaca a centralidade das instituições políticas para o desenvolvimento econômico, enfatizando o papel das capacidades estatais e dos processos de democratização nas trajetórias de desenvolvimento que conformaram diferentes tipos de capitalismo. A segunda parte discute a globalização financeira, os processos de liberalização e as transformações tecnológicas como fenômenos que trouxeram substanciais desafios ao “capitalismo organizado”, destacando a gestação de uma perigosa conjunção entre medidas decisionistas de austeridade, crescimento das desigualdades, oligarquização do poder e táticas populistas autoritárias. Quatro eixos se destacam: regressividade distributiva e a crise de legitimidade do modelo de crescimento econômico neoliberal; consolidação eleitoral de forças partidárias de direita radical; emergência



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



das plataformas digitais e sua regulação sobre os regimes produtivos e a sociabilidade democrática; reformas orientadas ao mercado no Brasil, desconstrução das capacidades estatais e desdemocratização.

UNIDADE I

Aula 1 – O liberalismo utópico e os contramovimentos protetores

GERBAUDO, Paolo. (2023). *O Grande Recuo: a política pós-populismo e pós-pandemia*, São Paulo: Todavia. Caps. 1 e 2.

POLANYI, Karl. (2000). *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus. Caps. 4 a 7, 11 a 14 e 18.

Leitura complementar:

HIRSCHMAN, Albert O. (1977). *The passions and the interests: political arguments for capitalism before its triumph*. Princeton: Princeton. University Press.

Aula 2 – Crises, coalizões e estratégias de desenvolvimento

GOUREVITCH, Peter. (1986). *Politics in Hard Times: comparative responses to international economic crises*. Ithaca, London: Cornell University Press. Caps 1,2,5 e 6.

LUEBBERT, Gregory M. (1991). *Liberalism, Fascism, or Social Democracy: social classes and the political origins of regimes in interwar Europe*, London: Oxford University Press. Introdução, Caps. 7 e 8.

Leitura complementar:

EVANS, Peter. (1995). *Embedded Autonomy: States & Industrial Transformation*. New Jersey: Princeton University Press.

HIRSCHMAN, Albert. O. (1984). A Dissenter's Confession: 'The Strategy of Economic Development' Revisited. In.: MEIER, Gerald M.; SEERS, Dudley (Eds.). *Pioneers in Development*. New York: Oxford University Press, pp.85-118.



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



WADE, Robert. (1990). *Governing the Market: Economic Theory and the Role of Government in East Asian Industrialization*. New Jersey: Princeton University Press.

Aula 3 – Capacidades estatais e democracia

CINGOLANI, Luciana. (2013). The State of State Capacity: a review of concepts, evidence and measures. *UNU-Merit Working Paper Series*, p.1-52.

MANN, Michael. (2012). *The Sources of Social Power – The rise of classes and nation-states, 1760-1914*. Cambridge: Cambridge University Press. Cap. 3.

TILLY, Charles. (2007). *Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press. Cap. 1.

D'ARCY, Michelle; NISTOTSKAYA, Marina. (2017). “State first, then democracy: using cadastral records to explain governmental performance in public goods provision.” *Governance* 30(2): 193-209.

MAZZUCA, Sebastián. L.; MUNCK, Gerardo. L. (2021). *A Middle-Quality Institutional Trap: democracy and state capacity in Latin America*, Cambridge University Press

Leitura complementar:

GOMIDE, Alexandre A.; BOSCHI, Renato. R. (Orgs.). (2016). *Capacidades Estatais em Países Emergentes: o Brasil em perspectiva comparada*. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

CENTENO, Miguel. A.; KOHLI, Atul.; YASHAR, Deborah. J. (2017). Unpacking States in the Developing World: Capacity, Performance, and Politics. In D. Mistree; Centeno, M. A. ; A. Kohli; Yashar, D. (Eds.), *States in the Developing World*. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 1-32.

Aula 4 – Variedades de Capitalismo

AMABLE, Bruno. (2016). Institutional complementarities in the dynamic comparative analysis of capitalism, *Journal of Institutional Economics*, 12: 1, 79–103.



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



HALL, Peter; GINGERICH, Daniel. (2009). Varieties of Capitalism and Institutional Complementarities in the Political Economy: An Empirical Analysis. *British Journal of Political Science* 39: 449–482.

NÖLKE, Andreas et al. (2020). *State-permeated Capitalism in Large Emerging Economies*, London/NY: Routledge. Introdução e Caps. China e Brasil.

Leitura Complementar:

HALL, Peter.; SOSKICE, David. (2001). “An Introduction to Varieties of Capitalism.” In *Varieties of Capitalism: The Institutional Foundations of Comparative Advantage*, edited by Peter A. Hall and David Soskice, 1–68. Oxford: Oxford University Press.

BOSCHI, Renato. (2011). (Org.). *Variedades de Capitalismo, Política e Desenvolvimento na América Latina*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

Schneider, Ben Ross. 2013. *Hierarchical Capitalism in Latin America: Business, Labor, and the Challenges of Equitable Development*. Cambridge: Cambridge University Press.

Aula 5 - Liberalização, governança pró-mercado e desdemocratização

ADOLPH, Christopher. (2013). Bankers, Bureaucrats, and Central Bank Politics. The myth of Neutrality. Cambridge: Cambridge University Press. Capítulo 1

CROUCH, Colin. (2009), Privatised Keynesianism: an unacknowledged policy regime. *The British Journal of Politics and International Relations*.11, p. 382-399.

SLOBODIAN, Quinn. (2018), *Globalists: The End of Empire and the Birth of Neoliberalism*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2018. Introd, pp. 218 -288.



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



BOSCHI, Renato R.; PINHO, Carlos E. S. 2019. Crisis and austerity: the recent trajectory of capitalist development in Brazil. *Contemporary Politics* 25 (3): 292-312.

TAVARES, Francisco; SILVA, Gustavo. A ciência política brasileira diante do novo regime fiscal: para uma agenda de pesquisas sobre democracia e austeridade. *Dados*. Vol.63(2), 2020, pp. 1-39.

Leitura complementar

BLYTH, Mark. (2013). *Austerity: the history of a dangerous idea*. Oxford: Oxford University Press.

STREECK, Wolfgang (2017). *Buying Time: The Delayed Crisis of Democratic Capitalism*. London: Verso, 2017.

Aula 6 – Plataformização do capitalismo, do Estado e da democracia

CESARINO, Letícia. (2022). *O Mundo do Avesso – verdade e política na era digital*, São Paulo: Ubu Editora. pp.87-142

COLLINGTON, Rosie. (2022). Disrupting the Welfare State? Digitalisation and the Retrenchment of Public Sector Capacity. *New Political Economy*, 27 (2): 312-328.

FERRARIO, Marcela; SANTANA, Carlos. (2020). “Platform Capitalism, Democratic Corrosion and the Consolidation of the Cybertariat in Brazil”, Prepared for delivery at the SASE’s 32nd Annual Meeting, July 18 – 21th.

LANZARA, Arnaldo P. (2023). Trabalho e Proteção Social na Era da Economia Digital. *Caderno CRH*, 36, pp. 1-15.

SILVA, Fabio S. (2022). Relational legal consciousness and anticorruption: Lava Jato, social media interactions, and the co-production of law’s detraction in Brazil (2017–2019). *Law & Society Review*.56:344–368.



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



Leitura complementar:

SCHROEDER, Ralph. (2018). *Social Theory after the Internet: Media, Technology, and Globalization*, London: UCL Press.

ZUBOFF, Shoshana. (2019) *The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power*. New York. Public Affairs.

Aula 7 – Democracias ameaçadas: a emergência do populismo autoritário

EATWELL, Roger.; GOODWIN, Mattew (2020). Nacional-populismo: a revolta contra a democracia liberal, Rio de Janeiro: Record. Capítulo 1

PRZEWORSKI, Adam. (2020) *Crises da Democracia*, Rio de Janeiro: Zahar. Introd. e Parte 1.

URBINATI, Nadia. (2019) *Me the People. How populism transforms democracy*. Cambridge, London: Harvard University Press. Introd. e Cap. 1.

Leitura complementar

MUDDE, Cas.; ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal. (2017). *Populism: A very short introduction*. New York: Oxford University Press.

PAPPAS, Takis S. (2019). *Populism and liberal democracy. A comparative and theoretical analysis*. Oxford: Oxford University Press.

Aula 8 – Repensar as estratégias de desenvolvimento

COOTE, Anna. (2021). Universal basic services and sustainable consumption. *Sustainability: Science, Practice and Policy*, 17:1,pp. 32-46.

EVANS, Peter. (2014). “The Developmental State: Divergent Responses to Modern Economic Theory and the Twenty-First-Century Economy”. In WILLIAMS, M. (Ed.). *The End of the Developmental State?*. London: Routledge. pp.220-240.



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



KATTEL, Rainer. (2022). Dynamic capabilities of the public sector: Towards a new synthesis. UCL Institute for Innovation and Public Purpose, Working Paper Series (IIPP WP 2022-07). Available at: <https://www.ucl.ac.uk/bartlett/publicpurpose/wp2022-07>.

MAZZUCATO, Mariana. (2021). *Mission Economy: A Moonshot Guide to Changing Capitalism*, Allen Lane, London. Capítulos 1, 5 e 6.

Leitura complementar:

COTTAM, Hilary. (2020). Welfare 5.0: Why we need a social revolution and how to make it happen. UCL Institute for Innovation and Public Purpose, Policy Report, (IIPP <https://www.ucl.ac.uk/bartlett/public-purpose/wp2020-10>)

MAZZUCATO, Mariana. (2014). *O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado*. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



Cátedra Luís de Aguiar Costa Pinto

Sociologia da Mudança

Professora Responsável: *Aspásia Camargo*

Área de Concentração: Multidisciplinar

Carga Horária: 45 horas, 3 créditos

SOCIOLOGIA DA MUDANÇA:

A TRANSIÇÃO PROFUNDA - ENTRE O PASSADO E O FUTURO DESEJÁVEL

Ementa:

Este curso tem como objetivo incentivar o debate acadêmico sobre temas estratégicos ligados à grande transição que vivemos hoje, cuja compreensão pode apressar ou retardar o ingresso do Brasil na vanguarda do desenvolvimento mundial. Estamos propondo uma bateria de reflexões e perguntas abertas, capazes de produzir consenso. Algumas delas são mais polêmicas e complexas e, portanto, de difícil resposta, mas acreditamos que todas elas, - e outras que o curso irá provocar-, podem incentivar a criatividade acadêmica e impulsionar o debate, seja através de futuras pesquisas de campo, seja da reflexão gerada pelo próprio debate. Os temas que alinhamos abaixo pretendem apenas estimular a transversalidade da reflexão e a complementaridade do conhecimento. Acreditamos que este é o núcleo duro da transição profunda. Mergulhar no abismo do conhecimento.

1. OBJETIVO: INVESTIGAR A NATUREZA DA TRANSIÇÃO PROFUNDA

O curso pretende avaliar a singularidade, a extensão e a profundidade da transição iniciada em meados do século passado quando a sociedade industrial deu os primeiros sinais de declínio e a pós-modernidade afrontou a modernidade que parecia definitiva. Um novo modelo, que alguns identificam como A Terceira Onda, agora se aprofunda em diferentes direções neste primeiro quartel do século XXI, provocando enormes impactos sociais e políticos, e buscando as formas



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



possíveis de neutralizá-los ou resolvê-los. Designamos tais mudanças inéditas e disruptivas como Transição Profunda, em substituição à Grande Transformação sintetizada por Karl Polanyi e que foi também objeto de reflexão dos estudiosos do Nation and State Building, dos iluministas e liberais dos séculos XVIII e XIX e de Karl Marx, cujo vigor intelectual e político identificou na Revolução Industrial um novo patamar das forças produtivas, e indiretamente impulsionou a inclusão social do início do século XX, com a extensão da participação e da democracia e o nascimento da social-democracia europeia.

Diante do declínio do modelo fordista e taylorista da produção fabril, agora estamos sendo impulsionados por uma onda de novas tecnologias, típicas da sociedade da informação, do conhecimento e dos serviços. A interação entre esses três níveis, complementares as diferenciados, imprime à mudança um ritmo vertiginoso de crescimento geométrico, gerando enorme instabilidade social e política. A velocidade da mudança e seus rumos incertos desorganiza as cadeias produtivas, cancelando empregos e informalizando o trabalho, de renda instável, e social e espacialmente mal distribuída. Assistimos também, de forma imprevista, à desconstrução ocidental do modelo binário da sexualidade ancestral, agora ingressando em uma matriz de multiplicas de diferenciadas possibilidades de gênero, dentro de um continuum imprevisível.

Além disso, as mudanças em curso são concomitantes, ocorrendo ao mesmo tempo em diferentes níveis, o que provoca mais imprevisibilidade e mais desequilíbrios. É importante observar que a desorganização do antigo modelo de desenvolvimento é mais veloz do que a construção de um novo paradigma, de composição integrada e coerente. É importante observar ainda que os impactos da mudança não se limitam à ordem econômica e ao sistema produtivo, refletindo-se também na ordem social e política, e em uma nova visão de mundo, de contornos contraditórios ou indefinidos. Diante de tamanha incerteza e dos custos impostos pela mudança, não é de surpreender que o modelo liberal de democracia, que se consolida em meio aos conflitos desencadeados ao longo de dois séculos, venha sendo abalado pelo aumento das desigualdades e pelos inúmeros sintomas de desordem social, exacerbada pelos excessos do consumismo e do individualismo. A opulência e a abundância, agora sob ameaça, entram em declínio provocando mudanças de valores e de modo de vida.



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



Mudanças em diferentes sentidos convergem, portanto, para uma crise civilizatória que substitui (e incinera) os antigos valores e os velhos paradigmas. Nesse quadro de transição profunda devemos ir além da visão puramente tecnológica das mudanças em curso, introduzindo sua dimensão sociológica, a partir de suas componentes morfológicas e sociais. Na epiderme do processo político derretem as velhas elites e apontam novas lideranças sem autoridade como um sinal de que também as elites se renovam em meio ao otimismo das utopias igualitárias, que anunciam um mundo melhor e mais justo, mas também diante do pessimismo catastrofista que anuncia a ideia de fim do mundo.

A linha do tempo: passado, presente e futuro. Procurando seguir a linha do tempo, pretendemos trabalhar nessas três dimensões, explorando o mito do passado que nos inspirou a partir da visão secularizada e iconoclástica de Fausto, sob ingerência do diabo, pronto a utilizar o poder da ciência e a ambição individual dentro de uma visão evolucionista de progresso. Como contraponto, lembremos o ceticismo dos historiadores e filósofos que adotaram o princípio cíclico da ascensão e decadência das civilizações e das elites políticas, sempre prisioneiras do eterno recomeço.

Nesse contexto, o passado real nos oferece um vasto laboratório de experiências de mudança vividas. Pretendemos examinar os modelos de desenvolvimento em sua temporalidade e identidade histórica, comparando a transição presente com modelos passados e os desafios do presente e das possibilidades futuras. Vale à pena analisar a natureza dos modelos de desenvolvimento que deram errado e os que deram certo; os que estão em ascensão e os que estão em declínio. Vivemos no século XX a era dos *late-comers*, muitos deles aprisionados pela armadilha da renda média. Uns poucos que conseguiram vencer a barreira dos modelos hegemônicos para construir atalhos, aumentando a produtividade da economia, gerando capital social e garantindo sua autonomia política.

Ao que tudo indica o velho modelo capitalista, devorador e competitivo, está em crise ou esgotou o seu curso, diante da demanda reprimida em favor de estratégias de proteção do bem comum. O capitalismo tem sido obrigado a se render também à escassez dos recursos naturais cuja abundância e desperdício garantiram a sua prosperidade. Agora estão em ascensão os novos princípios da sustentabilidade e da resiliência que diante do crescimento exponencial das



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



COLÉGIO BRASILEIRO DE
ALTOS ESTUDOS

megacidades; e dos impasses da globalização financeira e tecnológica que aparentemente se esgotou.

Cabe ainda investigar os limites da democracia em clima tão adverso, visto que este modelo civilizatório, que experimentamos desde a Grécia Antiga, só se consolidou nos últimos séculos em áreas onde predomina a riqueza. Também o modelo socialista autocrático, de tipo stalinista, entrou em crise profunda

Desejamos também explorar as estratégias espaciais do desenvolvimento, a partir da governança federativa e da geopolítica que se projeta no nível local das cidades, nas sub-regiões e continentes capazes de gerar clusters de prosperidade, ampliando sua influência sobre a comunidade global.

2. O MÉTODO QUALITATIVO E AS INFORMAÇÕES CENSITÁRIAS

Seguindo os parâmetros da sociologia histórica, desejamos seguir a linha do tempo acompanhando as *histórias de vida* dos que recentemente inovaram com tecnologias disruptivas e comportamento rebelde, criando conceitos e práticas inovadoras que mudaram a configuração social de nosso tempo.

Desejamos considerar também as projeções de futuro através da imaginação antecipatória contida na *science fiction* da literatura e do cinema, além das séries televisivas que povoam nossa imaginação e nos incitam à prospecção dos tempos futuros. Estaremos também atentos à pressão estrutural dos movimentos sociais que revelam contradições e demandas reprimidas; alimentam-se de utopias críticas, redirecionando a sociedade, e quebrando rígidas estruturas hierárquicas da estratificação social e do poder.

Para aferir megatendências, incentivamos explorar a morfologia social a partir das informações do novo Censo Demográfico de 2022, cujas informações ainda sujeitas a interpretação, irão nos permitir análises comparativas de tendências passadas e presentes e ainda projeções futuras.



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



3. A CRISE ÉTICA DO NOSSO TEMPO

Vivemos sob o impacto das novas tecnologias disruptivas, na encruzilhada entre o Bem e o Mal. E isso nos assusta e nos ameaça. Podemos utilizá-las para melhorar as condições de vida, fortalecer o bem comum e o interesse coletivo, melhorando a gestão das políticas públicas? É certo que podemos. Mas podemos também continuar prisioneiros dos vícios recorrentes do comportamento humano, que manifestamos ao longo dos séculos, e que os filósofos e pensadores registraram com ceticismo, e que jamais conseguimos conter ou domesticar. São eles, principalmente, a vontade de poder e de acumular riquezas em detrimento de outrem, para usufruir em benefício próprio ou de seu grupo político de rígidas e impostas hierarquias sociais. Além disso, o instinto incontrolável da competição e da violência subjuga populações inteiras, promovendo práticas incivilizadas de crueldade- como o comércio clandestino e em grande escala de órgãos e pessoas. A competição entre os Estados alimenta as guerras, em uma pulsão de ódio, sadismo e vingança incontidos que a Psicanálise tenta explicar - e que acompanha a humanidade desde suas origens. O que merece agora um franco debate é como perpetuar tais vícios quando a tecnologia torna exponenciais os efeitos perversos dessas velhas práticas que já deveriam há muito ter sido abolidas? Os recentes compromissos históricos com os direitos humanos que as Nações Unidas nos impõem, não parecem alcançar o resultado desejado. Seríamos nós, agora, condenados a perecer ou a nos auto-exterminar vítimas das tecnologias de guerra que inventamos, isto é, vítimas de nós mesmos?

4. A CRISE DEMOGRÁFICA E A NOVA MORFOLOGIA SOCIAL

Pretendemos incorporar a proposta de **Maurice Halbwachs**, o pai da morfologia social, a partir da observação de conjuntos humanos a partir de números e estatísticas que configuram tendências sociais. Algumas tendências demográficas estão, reconhecidamente, fora de qualquer controle: o crescimento vertiginoso da população, que se concentra cada vez mais nas cidades- especialmente nas megacidades, designadas como *strong cities* de mais de 10 milhões de habitantes; o envelhecimento da população, fruto do aumento da longevidade, provocando custos financeiros crescentes ao Estado, especialmente nas áreas da Saúde e da Assistência



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



Social, mas afetando também a distribuição dos empregos. Serão os idosos um peso morto que os mais jovens se recusarão a carregar?

Somos muito numerosos e estamos entregues ao à má qualidade dos alimentos processados, que provocam obesidade e doenças que encarecem os serviços de saúde e diminuem a qualidade de vida da população. A ampliação da oferta alimentar para atender à demanda de população é uma necessidade premente que incita à ocupação de áreas verdes pelo desmatamento e o abuso dos serviços ambientais que nos presta a Natureza. Hoje a capacidade de carga do planeta (o seu poder de substituir o que dela extraímos) ultrapassa duas vezes a sua capacidade de carga. Estamos em déficit crescente. Serão as novas tecnologias capazes de responder a tamanho desafio?

Os nômades do século XXI. A sociedade pós-moderna é individualista, consumista e nômade, e tornou o ser humano um ente itinerante em busca de trabalho e emprego incerto, desconectado de seu núcleo de origem e da vida familiar “em comutação”. As horas de trabalho podem ser estafantes e excessivas, induzindo à dependência química que compensa com estupefiantes a aridez da vida quotidiana, voltada para a competição e o lucro. Além disso grandes migrações se deslocam das zonas pobres e castigadas pelo clima para as áreas mais prósperas com oferta informal de empregos precários. É o que vem ocorrendo com o êxodo africano em direção à Europa, representando pelo drama dos refugiados ambientais registrados por Sebastião Salgado.

Da mesma forma, localizamos os “bárbaros” na periferia do império americano, dispostos a penetrar no santuário da abundância como seu “proletariado externo”, na consagrada expressão de Arnold Toynbee. Este fluxo populacional, bárbaro e incontido, é a réplica do que já ocorreu nas fronteiras do Império Romano do século V a.C. provocando a sua queda. Hordas de despossuídos estão prontos a violar muros e barreiras; e a invadir as frágeis fronteiras que separam a rica América do Norte da empobrecida América Latina. Eis um dos focos de tensão geopolítica que ameaça a frágil globalização liderada pelo Ocidente, afluyente e moderno. O que poderá fazer a tecnologia e a pós-modernidade diante de tamanhos desafios sociais e políticos?



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



5. A NOVA GLOBALIZAÇÃO E A CRISE POLÍTICA

Tudo indica que esgotamos uma primeira fase da globalização sob a hegemonia americana, marcada pela participação financeira e a ascensão das big techs. Esta globalização trabalhou em favor da capitalização dos países mais ricos - Estados Unidos e Canadá), Europa e Japão. Ingressamos agora em uma segunda fase, a da globalização policêntrica, cuja dinâmica introduz uma nova bipolaridade entre os Estados Unidos e a China, mas que permanece ainda sujeita a graves conflitos. Neste novo ciclo, atores emergentes pretendem ser incluídos, especialmente no “global South”, uma miscelânea composta de diferentes regiões do mundo, da Ásia profunda ao paradoxal Oriente Médio, com nítida sub-representação da América Latina e da África - que permaneceram à margem do progresso.

Ganha de novo relevo internacional a retórica atualizada do velho Terceiro Mundo, e das desigualdades entre os países desenvolvidos e os emergentes, que incorporam categorias diversas: as locomotivas asiáticas; os menos desenvolvidos que são os párias do sistema; e a América Latina, dificilmente incluída na categoria “emergente”. Nesse contexto, que papel caberia ao Brasil, um gigante territorial que alçou voo no surto de desenvolvimentismo do século XX, mas que perdeu terreno, permanecendo à margem da primeira onda da globalização.

Nossa economia perdeu competitividade, tem sua produtividade estagnada e ficou à margem das cadeias produtivas globais. O resultado é que o PIB brasileiro internacionalmente encolheu. O país foi vítima de suas instituições democráticas, em realidade dominadas pelo *rent-seeking*, e pelo engessamento do Estado Cartorial já denunciado nos anos sessenta por Hélio Jaguaribe. Seria possível fazer um *catching up*, para inserir o país nesta nova onda da globalização? A inserção e a liderança no G 20 seria uma oportunidade que não deveríamos perder nos próximos anos.

6. DESENVOLVIMENTO E GOVERNANÇA FEDERATIVA

A matriz do curso é o novo paradigma de desenvolvimento, inicialmente inspirado na ideia de A. **Gerschenkron** dos *late comers*, que tiram partido das vantagens do atraso e escolhem atalhos capazes de recuperar o tempo perdido. Esse modelo precisa ser revisitado à luz da deep



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



transition, e a partir da nova matriz tecnológica e da gestão do capital humano e social correspondente. Pretendemos também explorar a proposta de **Weber**, universalmente aceita, de que o poder exige uma estrutura de Estado, capaz de garantir à autoridade a coesão necessária e o uso da força para implementar suas próprias decisões. A função do poder é, portanto, a capacidade de planejar e definir estratégias, e viabilizando propostas inovadoras que mobilizem a vontade política coletiva a partir das oportunidades oferecidas pela própria conjuntura. Weber menciona ainda a afirmação das lideranças, capazes de dar velocidade e dinamismo a esse processo.

Mosca e Pareto, por sua vez, chamam a atenção para os ciclos de ascensão e declínio das elites ou da classe política que, independentemente dos regimes político, controla de fato o poder. Períodos de ascensão, inovação, dinamismo e apogeu são substituídos pelo envelhecimento e a rigidez dos interesses corporativos agora resistentes a qualquer mudança, obrigando à renovação de uma classe política em declínio.

Inicialmente cabe às elites inovadoras, ou à classe política, se preferirmos melhor termo, formular estratégias que respondam aos desafios impostos pela morfologia espacial e social, particularmente decisivas em um país diverso e complexo como o Brasil de dimensões continentais. Países-baleia, ou os chamados dinossauros estão, afinal, emergindo na nova geopolítica mundial. Estes países, reconhecidamente pesados e lerdos, ganham agora espaço diante dos países ágeis, competitivos e menores, os tigres, asiáticos, que conseguiram se inserir no primeiro ciclo recente de globalização. Merece destaque, nesse caso, a excepcionalidade da China, um país-baleia, populoso e extenso, que definiu uma engenhosa estratégia e conseguiu fazer alianças que garantiram sua inserção competitiva, ainda nos anos oitenta, na nova ordem mundial.

Em tais dimensões, o regime federativo é uma solução imperiosa para garantir a governança espacial do território e a melhor qualidade das políticas públicas. Devemos levar em conta que o modelo adotado pela Constituição de 1988 é o do federalismo cooperativo, de inspiração alemã e europeia, já que o federalismo dual originário diminuiu (mas não perdeu) importância na economia moderna. Este modelo vem sendo estruturado em função do princípio da



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



subsidiariedade, que determina uma hierarquia de funções definida de baixo para cima, isto é, do poder local ao poder estadual, e deste ao poder federal.

Pela lógica do referido modelo, o espectro da governança federativa se estende do poder local das cidades ao espaço mais abrangente de uma federação global sob o comando das Nações Unidas, todas elas alinhadas ao processo disruptivo da inovação. Entre os dois extremos seria imperioso ocupar os espaços intermediários de nível regional e sub-regional, como condados ou até mesmo designações mais amplas que possam dar coesão institucional e política à regionalização do desenvolvimento. De fato, a governança federativa exige modelos regionais de desenvolvimento com suas cadeias produtivas, modelos de descentralização territorial do poder geridas por tecnologias digitais. Como dar unidade a esses diferentes elementos dispersivos do território? Através do planejamento estratégico nacional e regional, o único capaz de enfrentar os influxos corrosivos e imprevisíveis da globalização em curso. O poder das cidades deve convergir para estruturas regionais e sub-regionais que se desdobram em nível continental, culminando com a globalização.

Nesse contexto da descentralização com centralidade algumas patologias federativas precisam ser corrigidas. A principal delas é a exclusão das grandes cidades do pacto federativo em nosso país. Fenômenos sociais disruptivos, tais como o aumento do desemprego e do subemprego, aprofundam desigualdades e alimentam insatisfações urbanas reprimidas, inclusive manifestações anárquicas de um populismo crescente. De fato, o maior desafio de nosso modelo federativo é o funcionamento caótico das grandes cidades, em especial das regiões metropolitanas, as principais órfãs da federação. Estas strong cities são, paradoxalmente, desprovidas de uma estrutura gerencial e autônoma de governo. Recomenda-se, nesse caso, autonomia de gestão administrativa e financeira das cidades de mais de 1 milhão de habitantes, e a disponibilidade de fundos e recursos para corrigir esses crônicos desequilíbrios espaciais, uma vez que nosso modelo de federalismo foi construído para dar prioridade a pequenos e frágeis municípios de menos de 50.000 habitantes.

Como reconstruir, portanto, nossa matriz espacial federativa? Alguma atenção precisa ser concedida ao modelo ideal de Estado, partindo do pressuposto que sua função tem sido decisiva,



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



como nos demonstra **Mariana Maricatto**, na implantação de polos tecnológicos que dão dinamismo e atualidade à nova economia da informação e do conhecimento.

Para vencer o gap das políticas públicas, a governança federativa exige um pacto de alinhamento entre a União, os estados e os municípios, para garantir uma “política de resultados” de notória deficiência nas áreas críticas da educação, da saúde e da segurança pública. Cabe discutir nesse contexto o papel do Estado, do setor público e, especialmente da União, cujo papel poderia ser definido a partir do princípio da subsidiariedade que rege o federalismo cooperativo europeu e alemão.

É preciso investigar melhor os verdadeiros obstáculos sociais que impedem há décadas a implantação da revolução digital nas escolas, nos hospitais e instituições públicas. E a origem do bloqueio persistente à inovação científica e tecnológica entre a Universidade e as empresas como vem ocorrendo nos países que estão na vanguarda das inovações na economia. O que nos impede de priorizar a mobilidade urbana com transportes de massa; e a moradia em grande escala, já que só conseguimos atender 20% da demanda; e a continuidade da política de saneamento em parceria com o setor privado, inserida em uma política de planejamento e desenvolvimento urbano?

VII. O NOVO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Introduzimos ainda no novo léxico do desenvolvimento o paradigma da sustentabilidade e da resiliência. Este é um modelo de transição que foi o iniciador da *deep transition*, introduzido pelo Clube de Roma mas efetivamente formulado no contexto das Nações Unidas por duas grandes lideranças: **Maurice Strong e Gro Brundtland**. Esta foi a primeira grande tendência que impulsionou a globalização, no contexto dos conflitos Norte-Sul, e que configura “a invenção do desenvolvimento sustentável” (Camargo, 2022). A Conferência do Rio em 1992 operacionalizou o tripé da sustentabilidade - crescimento econômico, inclusão social e conservação ambiental - através de um documento histórico, a Agenda 21. Posteriormente acrescentou-se a dimensão informal da governança que define a sustentabilidade institucional contra a inércia das estruturas de governo. A importância da inovação e da produtividade, contida na dimensão econômica da



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



sustentabilidade, propiciou a evolução do modelo nos últimos vinte anos, para o ponto a que chegamos hoje, em que as empresas assumem a ESG (environment, social and governance) como compromisso corporativo. As Nações Unidas por sua vez, evoluíram da trabalhosa Agenda 21 para a Economia Verde, na Rio +20 (2014) e para os ODS em 2015.

Levando em conta a degradação ambiental em função das mudanças climáticas e da perda da biodiversidade, devemos considerar a necessidade de reduzir ao mesmo tempo os desequilíbrios espaciais e ambientais, com as calamidades naturais que se multiplicaram recentemente, levando em conta que o imperativo da deep transition é a transição energética dos combustíveis fósseis para as renováveis; a drástica redução dos resíduos pela economia circular; e a recomposição dos ecossistemas florestais e da qualidade da água em escala planetária.



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



Curso: “Implementação de Políticas Públicas: conexões com as políticas sociais”

Níveis: Doutorado, mestrado, lato sensu

Professor Responsável: *Breyner Ricardo de Oliveira* (UFRJ)

Área de Concentração: Multidisciplinar

Carga Horária: 30 horas - 2 créditos

Debate sobre as políticas públicas e o “problema” da implementação. Modelos de análise aplicados à implementação de políticas públicas. Desafios de implementação de políticas públicas e as conexões com as políticas sociais. A abordagem dos arranjos político-institucionais. Articulação e coordenação intra e intergovernamental: interações entre atores governamentais e não governamentais em políticas públicas e políticas sociais. Coordenação intersetorial. Redes de Políticas Públicas e suas relações com a implementação de políticas sociais. Os profissionais da ponta como agentes implementadores no nível local. Equipamentos públicos como lócus da implementação de políticas públicas nos territórios. Efeitos da implementação e suas conexões com os resultados das políticas sociais.

Bibliografia:

ALGEBAILLE, Eveline. Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2009.

CAPELLA, Ana. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. BIB, São Paulo, n. 61, pp. 25-52, 1º semestre de 2006.

CAPELLA, Ana. Análise de políticas públicas: da técnica às ideias. *Idéias – Rev. Inst. Filos. Ciênc. Hum. UNICAMP*, v. 6, n. 2, p.13-34, jul./dez. 2015.



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



CARVALHO, José M. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

COSTA, Valeriano. Políticas Públicas no Brasil: uma agenda de pesquisas. Ideias – Rev. Inst. Filos. Ciênc. Hum. UNICAMP, v. 6, n. 2, jul./dez. 2015.

COUTINHO, Carlos N. O Estado Brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: LIMA, J.; NEVES, L. Fundamentos da Educação escolar no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006.

DUBOIS, V. Políticas no guichê, políticas do guichê. In R.R.C. Pires (Org.), Implementando desigualdades: Reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. IPEA, 2019.

HILL, Michael; HUPE, Peter. “Implementation Theory: The Top down/Bottom-up Debate” Capítulo 3, in Implementing Public Policy: Governance in Theory and in Practice. Sage Publications, 2002.

HUPE, Peter; HILL, Michael. Street-Level Bureaucracy and Public Accountability. Public Administration Vol. 85, No. 2, 2007 (279–299)

LIPSKY, M. Street-Level bureaucracy. ENAP, 2019.

LOTTA, G. Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil. Brasília: Enap, 2019.

MATLAND, R. Synthesizing the Implementation Literature: The Ambiguity-Conflict Model of Policy Implementation. Journal of Public Administration Research and Theory, 5(2): 145- 174, 1995.

MAYNARD-MOODY, S.; MUSHENO, M. Cops, Teachers, Counselors: Narratives of StreetLevel Judgment. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2003.

MELLO, J. (orgs). Implementação de políticas e atuação de gestores públicos: experiências recentes das políticas de redução das desigualdades. Brasília: Ipea, 2020



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



COLÉGIO BRASILEIRO DE
ALTOS ESTUDOS

MEYERS, Marcia.; VORSANGER, Susan. Burocratas de nível de rua e a implementação de políticas públicas. In: PETERS, G & PIERRE, J. Administração Pública Contemporânea. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

OLIVEIRA, B. R. A implementação de políticas educacionais no nível micro: uma análise a partir dos profissionais da escola no contexto da prática. Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa, v. 4, p. 1-17, 2019.

OLIVEIRA, B. R. A implementação do Programa Bolsa Família sob a perspectiva da condicionalidade educacional: uma análise a partir dos agentes públicos de base. Revista do Serviço Público, 65(4), p. 517-544. 2014.

OLIVEIRA, B. R.; DAROIT, D. Public Policy Networks and the Implementation of the Bolsa-Família Program: An Analysis Based on the Monitoring of School Attendance. Archivos Analíticos de Políticas Educativas, V. 28, 2020.

OLIVEIRA, B.R.; PEIXOTO, M.C. Trazendo à tona aspectos invisíveis no processo de implementação de políticas públicas: uma análise a partir do Programa Oportunidades. In: PIRES, R. R. C. Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

OLIVEIRA, B. R.; OLIVEIRA, A. C. P.; COELHO, J. I. F. Evaluation of the implementation of the Remote Education Program in Minas Gerais during the pandemic: What do users say?. Education Policy Analysis Archives, [S. l.], v. 30, p. (86), 2022. DOI: 10.14507/epaa.30.7112.

OLIVEIRA, B. R. de; ALVES, M. M. F.; FICHTER FILHO, G. A. Contextos e trajetórias para a análise de Políticas Públicas: Aportes teóricos para o campo da educação. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 17, n. n. esp. 3, p. 2095–2117, 2022. DOI: 10.21723/riaee.v17iesp.3.16722.

OLIVEIRA, Vanessa Elias; ABRUCIO, Fernando Luiz. Burocracia de médio escalão e diretores de escola: Um novo olhar sobre o conceito. in: PIRES, R.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. (Eds.) Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas. Brasília: IPEA/ENAP, 2018.



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



PIRES, R.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. (Eds.) Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas. Brasília: IPEA/ENAP, 2018.

PIRES, Roberto Rocha C. Sociologia do guichê e implementação de políticas públicas. BIB, São Paulo, n. 81, 1º semestre de 2016 (publicada em agosto de 2017), pp. 5-24.

PIRES, Roberto. “Intersectorialidade, arranjos institucionais e instrumentos da ação pública”. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, n.26, MDS/SAGI, p.67-80, 2016.

PRESSMAN, J.; WILDAVSKY, A. Implementation: How Great Expectations in Washington Are Dashed in Oakland; Or, Why It's Amazing that Federal Programs Work at All, This Being a Saga ... Morals on a Foundation. University of California Press; 3 edition (June 5, 1984).

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez. 2006.

WINTER, Soren. Perspectivas de implementação: status e reconsideração. In: PETERS, G. & PIERRE, J. Administração Pública Contemporânea. São Paulo: Editora UNESP, 2013.



[instagram.com/cbaeufRJ](https://www.instagram.com/cbaeufRJ)
[facebook.com/altosestudios](https://www.facebook.com/altosestudios)
cbae.ufrj.br



UFRJ

